

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, por meio do aplicativo
2 *Microsoft Teams*, realizou-se por videoconferência a 31ª Reunião Extraordinária do
3 Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB. **01)** O Presidente
4 Suplente, Sr. José Armenio de Brito Cruz, declarou aberta a sessão às 14h17min na
5 presença dos representantes que compõem a mesa do Poder Público e da Sociedade
6 Civil, a saber: **PODER PÚBLICO:** Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento –
7 **SMUL**, José Armenio de Brito Cruz (SUPLENTE); Secretaria Municipal da Fazenda – **SF**,
8 Luis Felipe Vidal Arellano (SUPLENTE); Secretaria do Governo Municipal – **SGM**, Tatiana
9 Regina Rennó Sutto (SUPLENTE); **SOCIEDADE CIVIL:** Conselho Municipal de Habitação
10 – **CMH**, Alexandre Bonfim França (TITULAR); Conselho Municipal de Transporte e
11 Trânsito – **CMTT**, Rafaela Moreira de Freitas (TITULAR); Conselho Municipal de Política
12 Urbana 1 – **CMPU 1**, Edenilda das Neves Carneiro Souza (TITULAR); Conselho Municipal
13 de Política Urbana 2 – **CMPU 2**, Maria Angélica Oliveira (TITULAR), e José André de
14 Araújo (SUPLENTE); Secretária Executiva do Conselho Gestor do FUNDURB, Talita
15 Veiga Cavallari Fonseca. **02)** O Presidente apresentou as justificativas para a ausência do
16 Presidente Titular e na sequência, a Secretária Executiva deu início ao primeiro item de
17 pauta, com as seguintes Comunicações Gerais: ciência do Ofício SSG nº 13922/2022,
18 referente à Auditoria do FUNDURB do exercício de 2020, constante no processo SEI
19 6068.2022/0004541-1, sendo informado que haviam sido encaminhados para ciência de
20 todos os conselheiros apenas ofício e o acórdão uma vez que ainda não havia sido
21 respondido, mas que a resposta seria incluída no processo. **03)** Em relação ao segundo
22 item da pauta, Deliberações sobre Demandas e Solicitações ao Conselho Gestor, a
23 Secretária Executiva apresentou uma tabela ilustrativa contendo os valores aprovados
24 para a execução de projetos com recursos do FUNDURB no exercício de 2022,
25 explicando que a primeira coluna representava os valores orçados na LOA, totalizados
26 em R\$ 492.975.347,00, que correspondiam ao plano inicial aprovado para o FUNDURB,
27 sendo aprovado mais R\$ 902.649.424,19, referente aos recursos não utilizados no
28 exercício de 2021, ou seja, o saldo remanescente que estava disponível no final do ano
29 anterior, ainda mencionou a aprovação dos recursos remanescentes dos exercícios de

30 2020 e 2021, apresentados durante a última reunião de Prestação de Contas Final, e que
31 totalizaram respectivamente R\$ 85.384.470,13 e R\$ 309.148.834,44, dessa forma, o
32 total aprovado para o FUNDURB no presente exercício havia sido de R\$
33 1.790.158.075,76, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Valores Aprovados (R\$).

Secretaria	2022	2022 (+)	Remanescente 2020	Remanescente 2021	Total
SMSUB	155.802.000,00	223.437.161,86	0,00	127.394.883,14	506.634.045,00
SEHAB	150.556.366,40	577.172.972,69	63.863.534,65	70.907.414,64	862.500.288,38
SMT	75.432.749,11	0,00	21.520.935,48	110.846.536,66	207.800.221,25
SIURB	68.184.231,49	64.726.721,30	0,00	0,00	132.910.952,79
SMC	15.000.000,00	22.492.568,34	0,00	0,00	37.492.568,34
SVMA	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
SMUL	26.500.000,00	14.820.000,00	0,00	0,00	41.320.000,00
Total	492.975.347,00	902.649.424,19	85.384.470,13	309.148.834,44	1.790.158.075,76

34 **04)** Na sequência, a Secretária Executiva apresentou o aumento da previsão da receita
35 para o ano de 2022, informando que havia solicitações de alteração do plano de aplicação
36 da SIURB, SEHAB e SMT, no entanto, enfatizou que o foco da reunião estava no aumento
37 da expectativa de arrecadação da Outorga Onerosa, e apresentou que já havia sido
38 arrecadado o valor de R\$ 472.660.032,00, que era o previsto para a arrecadação de
39 OODC durante todo o ano de 2022, e por conta disso, foi solicitado à Secretaria da
40 Fazenda uma revisão da perspectiva de arrecadação do FUNDURB em relação à Outorga
41 Onerosa, e o valor atualizado foi de R\$ 802.930.000,00, assim, considerando também os
42 Rendimentos e a Cota de Solidariedade já arrecadados, a previsão atualizada das receitas
43 para 2022 foi para R\$ 827.000.436,00, e ressaltou que esse valor se refere apenas aos
44 recursos arrecadados ou a serem arrecadados em 2022, sem incluir saldos de 2021 ou
45 remanescentes que ficaram reservados; em seguida, em conformidade com o inciso I do
46 art. 340 da Lei nº 16.050/2014, foram apresentados os valores referentes aos 30% para
47 serem destinados à habitação, e outros 30% para mobilidade, em cumprimento ao inciso
48 II do mesmo artigo, ela recordou que esses 30% não eram calculados utilizando o valor da

49 Cota de Solidariedade, pois deve ser destinada especificamente para a produção de
50 habitação de interesse social , assim, o valor de 30% totalizou em R\$ 244.636.120,20
51 para cada inciso, enquanto o montante de recurso livre para 2022 seria de R\$
52 337.728.195,60, totalizando os R\$ 827.000.436,00 disponíveis. **05)** Em seguida, o
53 Conselheiro Titular do CMH, Sr. Alexandre Bonfim França, pediu a palavra e questionou
54 quais valores eram contabilizados no cálculo dos 30% destinados à habitação e a
55 Secretária Executiva respondeu que esses valores eram baseados no montante da
56 Outorga e dos Rendimentos, e que haviam outras receitas, mas que não possuíam
57 perspectivas de arrecadação específicas e por isso, essas receitas eram contabilizadas no
58 cálculo dos 30% para o ano seguinte, conforme já havia sido feito na reunião passada, e
59 explicou ainda que o recurso da Cota de Solidariedade era direcionado diretamente para
60 a SEHAB, sem a necessidade de dividir entre MOB e HAB; o Conselheiro Titular do CMH,
61 então, perguntou qual seria o valor destinado à habitação, e a Secretária Executiva
62 respondeu que esse valor seria de R\$ 244.636.120,20. **06)** Na sequência, o Presidente
63 questionou como era possível obter um número tão exato na previsão da arrecadação, se
64 o valor já era um montante arrecadado ou apenas uma estimativa. A Secretária Executiva
65 esclareceu que o valor de R\$ 802.930.000,00 era uma previsão para ser arrecadados com
66 a Outorga Onerosa no exercício de 2022, enquanto o valor de R\$ 472.660.032,00 já
67 havia sido arrecadado, superando a previsão inicial antes da metade do ano; com a
68 palavra, o Conselheiro Suplente da SF, Sr. Luis Felipe Vidal Arellano confirmou que o
69 resumo feito pela Secretária Executiva estava correto, e afirmou que, de fato, a
70 arrecadação prevista para o ano inteiro já havia sido alcançada no primeiro semestre,
71 superando as expectativas e que isso permitiu que fosse feita uma nova projeção da
72 receita, de forma conservadora e segura; mencionou ainda que essa reprojeção
73 possibilitava ampliar a liberação de recursos, com a expectativa de atingir pelo menos os
74 R\$ 827.000.436,00 de receita total do Fundo para o ano. **07)** Logo após, o Conselheiro
75 Suplente do CMPU 2, Sr. José André de Araújo, solicitou que a pauta fosse mais
76 detalhada, pois a considerava muito genérica; ele ressaltou que essa falta de
77 detalhamento poderia prejudicar ou até mesmo levar à nulidade das reuniões. Em
78 resposta, o Presidente informou que providenciariam a solicitação; além disso,
79 esclareceu que se houvesse qualquer dúvida em relação aos pontos de pauta, os
80 conselheiros poderiam questioná-los para que pudessem esclarecer suas dúvidas;

81 enfatizou ainda que, se algum conselheiro já tivesse alguma indicação naquele momento,
82 poderia apresentá-la. Em tréplica, o Conselheiro Suplente do CPMU 2 mencionou o
83 exemplo do primeiro item da pauta "Comunicações Gerais" como caso de nome genérico
84 e, por isso, prejudicial; ele sugeriu que fosse incluído, como no caso da presente reunião, o
85 detalhamento da questão de superação das metas e a própria questão do Tribunal de
86 Contas, nos materiais que foram encaminhados através dos e-mails; considerou o mesmo
87 caso para o segundo item de pauta, "Deliberações sobre Demandas e Solicitações ao
88 Conselho Gestor", e recomendou que fossem indicadas quais seriam as demandas, assim
89 como no primeiro item, quais seriam as comunicações; por fim, se colocou à disposição
90 para detalhar melhor suas sugestões por e-mail e solicitou que seu pedido fosse
91 registrado no extrato da reunião. **08)** Em resposta, a Secretária Executiva afirmou que
92 havia compreendido a solicitação do conselheiro e explicou que as reuniões eram
93 convocadas no Diário Oficial, onde constavam o "item 1 - Comunicações Gerais" e o "item
94 2 - Demandas e Solicitações ao Conselho Gestor"; ela esclareceu que o item 1 tratava
95 exatamente de comunicações gerais, onde a Secretaria Executiva utilizava esse ponto de
96 pauta para fornecer informes de forma geral e que realmente não necessitavam de
97 deliberação do Conselho; ela mencionou que o material em si era encaminhado dentro do
98 link da convocação, no qual era disponibilizado apenas para eles; ela enfatizou que, às
99 vezes, surgiam temas importantes que precisavam ser comunicados, como nomeações ou
100 outros casos, por tal razão que tal item poderia ser genérico; explicou que, até aquele
101 momento, não havia ocorrido nenhum pedido de detalhamento da pauta, mas que, diante
102 do ocorrido naquela reunião, seria verificada uma forma de melhora-la, mas não ao ponto
103 de impedir que a Secretaria Executiva apresentasse os conhecimentos necessários sobre
104 temas importantes que surgissem, mesmo que não estivessem especificamente listados
105 na pauta; em relação ao item 2, esclareceu que se tratavam dos pedidos das Secretarias
106 executoras; explicou que, em reuniões ordinárias, a convocação era feita com 7 dias de
107 antecedência, mas o material deliberativo era enviado com até 5 dias de antecedência,
108 permitindo que os conselheiros tivessem conhecimento prévio dos materiais e que por
109 isso, a pauta era mais genérica, mas todo o material necessário ficava disponível no link
110 encaminhado, e, em caso de atualizações, um novo e-mail era enviado. Em resposta, o
111 Conselheiro Suplente do CPMU 2, Sr. José André de Araújo, destacou a importância de
112 garantir o controle e gestão democrática da cidade, especialmente com os munícipes que

113 acompanhavam os trabalhos do Conselho Gestor, considerando que as reuniões eram
114 gravadas e as pautas eram convocadas através do Diário Oficial, conforme o art. 115 da
115 Lei Orgânica do Município; ele ressaltou que, em virtude do art. 81 da mesma lei, que
116 trata de questões de publicidade e pessoalidade, havia a preocupação em fornecer
117 detalhes adequados na pauta para que os munícipes pudessem acompanhar os
118 trabalhos e entender claramente a pauta e o trabalho voluntário, especialmente aqueles
119 realizados pela Sociedade Civil; ele enfatizou que essa preocupação com o detalhamento
120 lhe foi cobrado. Sobre o tema, o Conselheiro Suplente da SF, Sr. Luis Felipe Vidal
121 Arellano, destacou a importância da solicitação, mas não a considerou binária, ou seja,
122 não se tratava apenas de tudo ou nada, pois há casos em que detalhar mais poderia
123 implicar em incluir cópias de todos os documentos disponibilizados, o que seria
124 claramente impraticável e não proporcionaria a devida publicidade aos termos
125 discutidos; enfatizou que a sugestão era válida e concluiu mencionando que considerava
126 o apontamento como algo a ser registrado em ata., Sobre a fala, a Secretária Executiva
127 concordou e assegurou que iriam verificar como poderia ser atendida. **09)** Na sequência,
128 a Secretária Executiva retomou sua apresentação e lembrou que a nova previsão de
129 arrecadação para o exercício de 2022 era de R\$ 827.000.436,00 e destacou a
130 importância de garantir o cumprimento do art. 340, incisos primeiro e segundo, para
131 assegurar as destinações de habitação e mobilidade; com base nisso, ela informou que, ao
132 separar o plano previamente aprovado de R\$ 492.975.347,00 e os valores atualizados de
133 R\$ 70.304.441,11, algumas medidas foram adotadas para atender aos pedidos das
134 Secretarias que buscaram o FUNDURB para suprir suas demandas, as quais seriam
135 apresentadas em seguida por SEHAB e SIURB; em continuidade e com base no que havia
136 sido apresentado, a Secretária Executiva comunicou que existia uma aprovação de R\$
137 70.304.441,11 como saldo de 2022, obtido no final do exercício de 2021, destinado a
138 recursos livres e com a melhora das expectativas de arrecadação, foi possível adotar uma
139 alternativa que redirecionou esse valor para o ano de 2022, que resultou em um novo
140 montante de R\$ 244.636.120,20 a ser alocado para mobilidade; com isso, a Secretaria
141 contaria com um recurso adicional de R\$ 99.079.753,80 para habitação, o qual seria
142 detalhado posteriormente; além disso, para a área de mobilidade, haveria um incremento
143 extra a ser direcionado de R\$ 21.048.698,25, somado aos R\$ 70.304.441,11 já aprovados
144 no saldo, que resultaria em um aumento de R\$ 91.353.139,36 para mobilidade e um total

145 de R\$ 143.592.195,25 destinados como livre; ela enfatizou também que os R\$
146 70.304.441,11, inicialmente considerados como recursos livres do saldo de 2022, foram
147 reclassificados como parte dos 30% destinados à mobilidade, que permitiu atender a
148 demanda da SIURB; a Secretária Executiva explicou que a razão pela qual sempre voltava
149 ao que foi discutido na 30ª Reunião Ordinária era de que, nessa reunião, foram
150 consolidados os resultados do exercício de 2021, onde todas as Secretarias prestaram
151 contas e aprovaram recursos do saldo de 2022; portanto, considerando o recurso
152 disponível que foi tratado na reunião anterior, a Secretária Executiva informou que ainda
153 havia um montante de R\$ 11.734.990,81 destinado à habitação, os quais estavam
154 classificados como saldo a ser destinado para remanescentes, no entanto, percebeu-se
155 que esse montante era maior que o mínimo dos 30%, e assim, em conjunto com o valor
156 extra que a SEHAB estava direcionando para 2022, foi decidido que esses recursos
157 seriam mantidos como livres; em seguida, ela esclareceu que também havia um saldo de
158 superávit de 2022, no valor de R\$ 13.251.325,01, destinado inicialmente à mobilidade,
159 que também havia sido transformado em recursos livres, sendo alocado como mobilidade
160 para 2022; além disso, havia também os recursos destinados à habitação em 2022,
161 totalizando R\$ 99.079.753,80, os recursos a serem destinados à mobilidade em 2022, no
162 valor de R\$ 21.048.698,84, e os recursos livres de 2022, que somavam R\$
163 143.592.195,25; ela mencionou ainda que, ao somar todos esses recursos disponíveis
164 chegava-se ao total de R\$ 95.290.756,93 do saldo livre de 2021, combinado com os
165 valores destinados à habitação, mobilidade e recursos livres de 2022; no final, resultava
166 em um montante extra a ser alocado em 2022, com base na nova previsão de
167 arrecadação, de R\$ 359.011.404,82; comunicou que, com todas as modificações
168 mencionadas, incluindo os remanejamentos internos entre Planos de Aplicação e os
169 pedidos das Secretarias, a SEHAB ficaria com um total de R\$ 961.580.042,18, a SMT
170 receberia R\$ 228.848.920,09 e a SIURB teria um montante de R\$ 371.793.904,97, que
171 somados chegariam a um Plano de Aplicação para 2022 de R\$ 2.149.169.480,58;
172 enfatizou que a SMSUB já possuía recursos aprovados para o ano de 2022, totalizando
173 R\$ 70.304.441,11 em recursos livres e, dessa quantia, cerca de R\$ 35.000.000,00 foram
174 destinados à SMSUB e R\$ 34.000.000,00 à SIURB; com o remanejamento, o valor
175 aprovado para a SMSUB não sofreria alterações, apenas ocorreria a troca de Planos de
176 Aplicação, de modo que a pasta não necessitaria realizar modificações no Plano, uma vez

177 que o valor já estava aprovado, sendo apenas transferido de superávit para recursos do
178 exercício; quanto à SMT, embora houvesse um remanejamento disponível, a decisão foi
179 de manter o recurso existente, acrescido dos R\$ 21.520.935,48 destinados à mobilidade
180 em 2022. **10)** Em seguida, a palavra foi cedida à representante técnica da SEHAB, Sra.
181 Paula Carneiro Tsai, que compartilhou a proposta de modificação do Plano Anual de
182 Aplicação 2022 da pasta, incluindo um quadro abrangente com os valores previamente
183 aprovados, totalizando R\$ 727.729.339,09, e a solicitação de recursos adicionais do
184 superávit no montante de R\$ 21.581.446,75, nos quais, somados, totalizaram em R\$
185 749.310.785,84; além disso, a apresentação incluiu outro quadro com os valores
186 remanescentes do ano de 2020, com remanejamento interno desses valores sem
187 alteração do valor global de R\$ 63.863.534,65; também foram exibidos os valores
188 remanescentes do ano de 2021, que permaneceram inalterados no valor total de R\$
189 70.907.414,64; na sequência, detalhou individualmente os itens que receberam
190 acréscimo ou remanejamento, contendo imagens, valores, situação atual e o número de
191 unidades habitacionais relacionadas a cada objeto. **11)** Após a conclusão da apresentação
192 da SEHAB, a Conselheira Titular do CPMU 1, Sra. Edenilda das Neves Carneiro Souza
193 pediu esclarecimentos sobre o progresso das desapropriações mencionadas na
194 apresentação e sobre os avanços nos empreendimentos nas áreas destacadas. Em
195 resposta, o Secretário da SEHAB, Sr. João Siqueira de Farias, explicou que a maioria dos
196 objetos apresentados pela representante técnica, especialmente aqueles relacionados à
197 COHAB, envolvia áreas que já haviam sido desapropriadas e pertenciam ao município;
198 informou ainda que muitas dessas áreas já tinham tido unidades habitacionais
199 construídas e entregues aos moradores e que os recursos eram necessários para finalizar
200 as etapas de transferência da titularidade da área para o condomínio dos moradores;
201 mencionou que, entre essas áreas, havia exceções, como a Major Pauladino, onde os
202 recursos eram destinados à continuidade da construção de 990 unidades no terreno da
203 Ponte da Vila dos Remédios e que parte dessas unidades já haviam sido entregues; ele
204 explicou que outra exceção era a área Luiz Migliano que estava relacionada a uma
205 decisão judicial da Prefeitura, referente a uma obra de urbanização no Sapé, onde o
206 Conselho Gestor local escolheu esse terreno para construir unidades habitacionais,
207 tendo aprovado a compra do terreno da Luiz Migliano, mesmo que fosse de valor mais
208 elevado, de R\$ 30.000.000,00; informou que a desapropriação da área Luiz Dias estava

209 relacionada à remoção e urbanização do Jardim do Colombo, onde seria utilizada para
210 reassentar as famílias deslocadas daquele local; ele também mencionou que outras áreas
211 visavam legalizar desapropriações já realizadas, com foco especial nos prédios do centro,
212 onde alguns desses prédios seriam parte do processo de requalificação, permitindo o
213 *retrofit* e o reassentamento das famílias que possuíam direitos, seja por direito adquirido
214 ou outro direito que seria discutido em reuniões futuras. Em tréplica, a Conselheira
215 Titular do CPMU 1, agradeceu os esclarecimentos, porém ressaltou que não havia
216 encontrado informações referentes às áreas em processo de desapropriação para o
217 programa "Pode Entrar" e questionou se essas áreas estavam previstas para serem
218 incluídas no planejamento do ano em curso, especialmente considerando que algumas
219 delas ainda estavam em processo de desapropriação; indagou sobre qual era a
220 programação atual do programa "Pode Entrar". Em nova resposta, o Secretário da SEHAB
221 respondeu que o primeiro passo do programa "Pode Entrar" envolvia a assinatura do
222 Termo de Colaboração com as entidades que possuíam áreas disponíveis e Alvarás de
223 Construção já concedidos; ele mencionou que havia um pré-agendamento para a
224 assinatura do termo, prevista para o dia 01 de julho, embora ainda sujeita a confirmação;
225 além disso, explicou que após essa etapa, a equipe técnica da SEHAB e da COHAB havia
226 sido instruída a identificar as áreas pertencentes a essas entidades no município, a fim de
227 realizar um novo chamamento e um estudo técnico para a desapropriação das áreas que
228 haviam sido contempladas nos chamamentos de 2014 e 2015, mas não foram
229 efetivamente desapropriadas; ele afirmou que as áreas que se mostrassem viáveis para
230 desapropriação e que pudessem ser integradas ao programa seriam incluídas, dado que
231 os recursos estavam disponíveis para esse propósito. **12)** Sobre o assunto, a
232 representante técnica da SEHAB, Sra. Paula Carneiro Tsai, informou que, dos R\$
233 99.079.753,80 disponibilizados para a SEHAB em 2022, até aquele momento, havia sido
234 solicitado apenas R\$ 21.500.000,00 para as 28 áreas mencionadas, resultando em um
235 saldo de R\$ 77.579.753,80 que não foram solicitados devido à falta de demanda que
236 atendesse aos requisitos, mas que possivelmente seriam requisitados em futuras
237 solicitações. Em complemento, a Secretária Executiva comunicou que, após a aprovação
238 do Plano, um item intitulado "Recursos a Destinar" seria reservado para a SEHAB, para a
239 inclusão desse saldo; ela ressaltou o compromisso da pasta de retornar nas próximas
240 reuniões para apresentar eventuais novas demandas ou remanejamentos de obras já

241 aprovadas, a fim de submetê-los à deliberação do Conselho. 13) Em seguida, o
242 Conselheiro Suplente do CMPU 2, Sr. José André de Araújo, apontou que o material
243 enviado não continha o número do SEI nas aquisições, nem qualquer descrição do
244 perímetro; além disso, nas informações sobre construções de unidades, não estavam
245 especificadas as quantidades de unidades, sua localização e o número de SEI associado a
246 cada uma delas; ele ressaltou que todos os conselheiros têm a responsabilidade pelo que
247 é aprovado e, portanto, suas observações eram cruciais; enfatizou ainda que o material
248 fornecido estava insuficientemente instruído, carecia de clareza e não proporcionava a
249 devida transparência necessária, expressando preocupação com o impacto negativo
250 dessas deficiências em qualquer deliberação relacionada ao assunto e, embora tenha
251 elogiado o investimento em habitação, destacou a inviabilidade do material apresentado;
252 por fim, mencionou a necessidade de incluir o número do Decreto de desapropriação e o
253 número da ação para acompanhamento. Em resposta, o Secretário da SEHAB, Sr. João
254 Siqueira de Farias, destacou que atender todas as solicitações do conselheiro no que se
255 refere à transparência e imparcialidade absoluta exigiria um grande volume de
256 informações; ele sugeriu que o conselheiro encaminhasse um e-mail para a SEHAB, onde
257 todas as dúvidas poderiam ser esclarecidas de forma mais detalhada e acrescentou que,
258 caso não estivesse satisfeito, poderia utilizar os meios legais disponíveis para suspender
259 as reuniões até encontrar uma solução viável para as apresentações, uma vez que citar os
260 mesmos apontamentos em cada uma das apresentações tornava as reuniões muito
261 extensas. Em complemento, a Secretária Executiva esclareceu que os processos SEI eram
262 públicos e continham a planilha descritiva com todas as informações solicitadas; ela
263 explicou que, durante as reuniões, fornecer todas essas informações para cada item não
264 seria eficiente, por isso o material era enviado com antecedência, para que nas
265 apresentações das Secretarias, passadas durante as reuniões, as informações fossem
266 mais resumidas; por fim, enfatizou que embora incluíssem considerações que levavam em
267 conta indicações anteriores, devido às limitações de tempo e recursos, nem todas as
268 solicitações podiam ser atendidas integralmente. Em réplica, o Conselheiro Suplente do
269 CMPU 2 informou que o material enviado com antecedência por e-mail não continha
270 nenhuma das observações que ele havia feito e enfatizou que a questão não era pessoal,
271 mas sim uma preocupação do Conselho Gestor em relação a esses dados. Em
272 complemento, a representante técnica da SEHAB, Sra. Paula Carneiro Tsai, solicitou a

273 palavra e afirmou que algumas áreas eram provenientes de processos antigos que ainda
274 não haviam sido registrados no SEI, sendo autuados apenas quando os pagamentos eram
275 efetuados; além disso, alguns processos estavam sendo tratados em formato físico, no
276 entanto, todos os processos existentes estavam listados na planilha de detalhamento
277 incluída no SEI, que continha informações importantes, como a Subprefeitura
278 responsável, a área em questão e outros detalhes complementares. **14)** Ainda sobre a
279 exposição da SEHAB, a Conselheira Titular do CMPU 1, Sra. Edenilda das Neves Carneiro
280 Souza, questionou se o valor de R\$ 77.579.753,80 mencionado pela representante
281 técnica da SEHAB estava vinculados à habitação ou se eram recursos livres. Em resposta,
282 a Secretária Executiva explicou que esses recursos estavam vinculados a habitação,
283 sendo que devem ser utilizados em perímetros específicos, por isso, ainda não haviam
284 sido destinados, porém, conforme mencionado pelo Secretário, em breve teriam uma
285 destinação; a Conselheira Titular do CMPU 1 acrescentou que sua dúvida era a
286 possibilidade de utilizar o valor como aporte financeiro para empreendimentos em
287 parceria com a Caixa Econômica Federal, o Governo do Estado e outros; o Secretário da
288 SEHAB, Sr. João Siqueira de Farias, esclareceu que sim, esses recursos, de acordo com as
289 alterações feitas no FUNDURB em 2019, podiam ser utilizados tanto para aquisição de
290 áreas quanto para a produção de unidades habitacionais, portanto, não estava
291 descartada a possibilidade de utilizar esse recurso como aporte financeiro,
292 principalmente para empreendimentos que já estavam em andamento e necessitavam de
293 reequilíbrio financeiro, citando como exemplo Alexios Jafet, da Zona Oeste, e Copa do
294 Povo, que recentemente havia recebido o recurso do Governo Federal, e ressaltou que
295 em qualquer empreendimento que necessitasse de reequilíbrio, deveria ocorrer a
296 validação da Receita Federal e da Caixa Econômica Federal, para atestar a necessidade
297 desse novo reequilíbrio e, conseqüentemente, a viabilidade de novos aportes do
298 município nesses projetos. **15)** Em seguida, foi concedida a palavra ao representante
299 técnico da SIURB, Sr. Clayton Carlos do Carmo, que fez a apresentação da proposta de
300 atualização do Plano de Aplicação Anual 2022 da pasta, iniciado com um quadro geral
301 que detalhava os valores aprovados, totalizando R\$ 132.910.952,33, juntamente com a
302 solicitação de recursos adicionais no valor de R\$ 371.793.904,51, resultando em um total
303 de R\$ 371.793.906,11, e prosseguiu com a apresentação individual dos itens alterados,
304 incluindo informações sobre a Subprefeitura responsável e imagens relacionadas. **16)**

305 Após a conclusão da apresentação da SIURB, o Conselheiro Suplente do CMPU 2, Sr. José
306 André de Araújo, informou que repetiria suas observações, e destacou que a previsão de
307 início e término das obras não estava incluída na apresentação, e também apontou a falta
308 de identificação das Subprefeituras na maior parte do material, com exceção da última
309 página do material enviado aos conselheiros, que tratava das obras de acesso ao Hospital
310 de Parelheiros, enfatizando que essas informações eram relevantes e deveriam ser
311 incluídas na apresentação; em resposta, o representante técnico da SIURB, Sr. Clayton
312 Carlos do Carmo, reforçou o que tinha sido mencionado pela representante técnica da
313 SEHAB, Sra. Paula Carneiro Tsai, e enfatizou que, dentro dos processos e de tudo o que
314 era aprovado pelo Fundo, havia um compartilhamento de Notas Técnicas, inclusive a
315 instrução do próprio processo com anexos, nos quais eram destacados todos os
316 processos SEI, incluindo toda a documentação que instruía esses processos; porém,
317 reconheceu a necessidade de melhorar as apresentações de forma a incluir informações
318 que permitissem uma apreciação mais completa por parte do Conselho. 17) Na
319 sequência, a Secretária Executiva explicou que faria um resumo para apresentar as
320 alterações no Plano mais objetivamente para a deliberação, informando que a SMSUB
321 teve apenas uma alteração na fonte de recursos relacionada ao exercício, movendo os R\$
322 35.000.000,00 que estavam destinados à mobilidade e classificados como superávit de
323 2022 para a arrecadação de 2022, o que justificava a redução da categoria "MOB à
324 destinar"; quanto à SEHAB, foram realizadas alterações nos objetos de 2020 e 2021,
325 conforme apresentado pela representante técnica da SEHAB, Sra. Paula Carneiro Tsai,
326 além da indicação de parte dos R\$ 99.079.753,80 para atender ao novo valor de 30% em
327 relação à nova previsão de arrecadação de 2022, ficando o valor de R\$ 77.579.753,80
328 para aprovação como "à destinar", que seria apresentado ao Conselho caso fossem
329 objetos novos; em relação à SMT, a Secretária Executiva explicou que não seria realizada
330 a apresentação por falta de tempo hábil para elaboração, porém, informou que o valor de
331 R\$ 21.520.935,48 mencionado anteriormente foi categorizado como recursos vinculados
332 à mobilidade à destinar de 2022, sendo uma linha genérica da SMT; por fim, foi
333 mencionado que a SIURB também solicitou remanejamento dos valores aprovados,
334 utilizando uma parte do saldo livre, que totalizava R\$ 95.290.756,93 dos recursos livres
335 não utilizados de 2021, juntamente com R\$ 143.592.195,25 livres provenientes da nova
336 previsão de arrecadação para 2022, sendo essas as três propostas de alterações na

337 presente reunião. **18)** Em regime de deliberação, a Secretária Executiva iniciou a leitura
338 da Minuta da Resolução SMULATECC.FUNDURB/005/2022, contendo a proposta de
339 alteração do Plano Anual de Aplicação 2022 da SEHAB, SMT e SIURB, alterando o limite
340 do FUNDURB de R\$ 1.395.624.771,19 para R\$ 1.754.636.176,01, sendo R\$
341 24.986.315,82 via Superávit e R\$ 334.025.089,00 via aumento da previsão de
342 arrecadação de receitas, conforme o Anexo I, e aprovação da alteração do Plano Anual de
343 recursos remanescentes de 2021 e 2020 da SEHAB, sem alteração de valor, conforme os
344 Anexos II e III, respectivamente. **19)** Durante o regime de deliberação, a Secretária
345 Executiva solicitou que os conselheiros que fossem a favor da aprovação do plano
346 mantivessem sua posição, enquanto aqueles que se opusessem ou optassem por se
347 abster, solicitassem a palavra ou expressassem suas opiniões no *chat*; nesse momento, o
348 Conselheiro Suplente do C MPU 2, Sr. José André de Araújo, solicitou que, antes de iniciar
349 a votação, a Presidência confirmasse a presença dos conselheiros titulares, pois como
350 suplente, desejava saber se deveria exercer seu direito de voto, uma vez que os suplentes
351 só podiam votar na ausência dos titulares; em seguida, o Secretário da SEHAB, Sr. João
352 Siqueira de Farias, levantou uma questão de ordem e esclareceu que a observação do
353 Conselheiro Suplente do C MPU 2 estava ultrapassada, uma vez que o regime de
354 deliberação já havia iniciado e a votação já havia ocorrido, sem nenhuma manifestação
355 contrária ou de abstenção até aquele momento, e ressaltou que, de acordo com as regras
356 do regimento, a solicitação do conselheiro deveria ter sido realizada antes da votação,
357 sendo válido somente o registro da observação feita; Secretário Adjunto da SIURB, Sr.
358 Marcos Augusto Alves Garcia, se manifestou afirmando que de fato solicitação do
359 Conselheiro Suplente do C MPU 2, havia sido intempestiva; em resposta, o conselheiro
360 suplente do C MPU 2 explicou que fez sua observação no momento em que foi aberta a
361 fala, não sendo possível fazê-la antes da abertura desse processo; em seguida, o
362 Secretário da SEHAB, Sr. João Siqueira de Farias, argumentou que a reunião estava sendo
363 gravada e que ficou registrado que a Secretária Executiva já havia iniciado o regime de
364 votação, pedindo apenas manifestações contrárias ou abstenções; na sequência, o
365 Presidente Suplente, Sr. José Armenio de Brito Cruz, concordou com a posição do
366 Secretário da SEHAB, destacando que a observação do Conselheiro Suplente do C MPU 2
367 foi feita após o início do regime de votação, e portanto, ele afirmou que a observação do
368 conselheiro deveria ter sido feita antes do início da deliberação; em resposta, o

369 Conselheiro Suplente do C MPU 2 solicitou que fosse registrado em ata que ele havia
370 solicitado a confirmação da presença dos conselheiros titulares na reunião, e essa
371 confirmação não havia sido apresentada. 20) Prosseguindo com o regime de deliberação,
372 a Secretária Executiva comunicou que, dado que não houve nenhuma manifestação
373 contrária ou abstenção, a presente Resolução foi aprovada por unanimidade de votos,
374 pelos representantes da **SMUL** (Suplente), **SF** (Suplente), **SGM** (Suplente), **CMTT** (Titular),
375 **C MPU 1** (Titular) e **C MPU 2** (Titular); 04 ausentes, a saber: Titulares e suplentes da
376 **SMSUB, GABINETE DO PREFEITO, CMH** e **CADES**. 21) Por fim, a Secretária Executiva
377 apresentou o calendário das próximas reuniões agendadas para o Conselho Gestor e
378 destacou a possibilidade de realização de duas reuniões extraordinárias para deliberar
379 sobre os recursos a serem destinados pela SEHAB e SMT, e para tratativas acerca da
380 PLOA 2023, que estava em fase inicial de preparação, e que as Secretarias em breve
381 receberiam os parâmetros para a elaboração dos Planos; na sequência, o Conselheiro
382 Titular do CMH, Sr. Alexandre Bonfim França, pediu a palavra e levantou a questão sobre
383 o andamento das reuniões ordinárias, considerando que no próximo mês ocorreria a
384 eleição de novos conselheiros no CMH, e ele seria um dos membros que deixaria o
385 Conselho Gestor; a Secretária Executiva respondeu que precisaria verificar essa questão,
386 pois o FUNDURB estabelece uma vedação específica que impede que alguém seja
387 conselheiro por dois mandatos consecutivos, no entanto, ela mencionou que já havia
388 enviado um ofício à Secretaria da Habitação solicitando uma nova composição do CMH, e
389 houve indicações de que haveria a eleição, ainda esclareceu que essa eleição seria uma
390 decisão interna do CMH, na qual o Conselho Gestor do FUNDURB não possui
391 interferência, a não ser em relação à paridade de gênero, portanto, a Secretária Executiva
392 aguardaria o encaminhamento dos novos nomes, e até aquele momento, as indicações
393 feitas até o final do mandato atual permaneceriam válidas, o que significava que, a
394 princípio, não seria necessário fazer alterações no calendário. **Encerramento:** Não
395 havendo mais nada a ser tratado, o Presidente suplente encerrou a reunião às 15h43min.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES: Titulares e suplentes da SMSUB, GABINETE DO PREFEITO e CADES.

CONSELHEIROS PRESENTES

PRESIDÊNCIA

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

TALITA V. C. FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ALEXANDRE BONFIM FRANÇA
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

RAFAELA MOREIRA DE FREITAS
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA 1

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA 2

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
TITULAR

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
SUPLENTE